

**FACULDADE UNINA
CURSO DE PEDAGOGIA**

SANDRA DA ROSA

RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EVASÃO ESCOLAR: UM APORTE TEÓRICO

**CURITIBA - PR
2020**

SANDRA DA ROSA

RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EVASÃO ESCOLAR: UM APORTE TEÓRICO

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Faculdade Unina –
Curitiba-PR.

Orientador: Prof^o. Dr. Marcus Quintanilha da
Silva

CURITIBA - PR

2020

FACULDADE UNINA**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 25 de junho de 2020, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, da acadêmica: Sandra da Rosa, intitulada: Relação entre pobreza e evasão escolar: um aporte teórico.

A banca examinadora, sob a presidência do Prof. Dr. Marcus Quintanilha da Silva. A banca foi constituída pela prof^a. Dra Yara Rodrigues de La Iglesia e pelo prof. Esp. Materson Martins. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua aprovação com a nota 99. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos membros da banca.

Observações: _____

Prof^o Dr. Marcus Quintanilha da Silva

Prof^a. Dra Yara Rodrigues de La Yglesia

Prof. Esp. Materson Martins

Sandra da Rosa

Curitiba 25 de junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da minha vida, a Jesus, pois graças a Ele tive a oportunidade de ingressar na faculdade e consegui chegar até aqui e a Nossa Senhora que me protegeu e me amparou em muitos momentos difíceis. Agradeço a minha família, pelo apoio que sempre me deram e por tudo o que fizeram por mim, meu paizinho Luiz (em memória) e minha mãe Florisbela que me deram o suporte, me amaram e me educaram e foram um exemplo na minha vida. Em Especial agradeço a meu Marido Edinaldo e meus filhos David e Giulia, por todo amor, paciência compreensão e ajuda nesses quatro anos de graduação, sem esse apoio eu não teria conseguido, amo vocês!

Agradeço também as minhas duas companheiras inseparáveis Deborah e Camilla que são muito especiais para mim, agradeço pelas risadas, apoio, encrencas trabalhos e discussões, sem vocês com certeza teria sido muito mais difícil, e agradeço a turma Monteiro Lobato, por dividir esses quatro anos comigo, com certeza valeu muito a pena!

Meu agradecimento muito especial para o Professor, Doutor e orientador Marcus Quintanilha pelas orientações e paciência durante o desenvolvimento desse trabalho, obrigada por sua dedicação e disponibilidade que foram indispensáveis para a concretização do mesmo.

E por fim; muito obrigado a todos os professores da faculdade Unina por me possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante que me ajudou a crescer tanto como ser humano quanto como acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de apontar e refletir sobre relações entre a pobreza e evasão escolar de adolescentes e jovens do Ensino Médio. Neste trabalho, foi analisada a escassez de oportunidades educacionais a partir da desigualdade social e as implicações que elas trazem em relação às dificuldades, fazendo com que esses indivíduos não frequentem a escola adequadamente e tem também como objetivo propor uma reflexão sobre a pobreza no Brasil e as consequências na formação desses jovens estudantes. Os resultados dessa pesquisa, baseada em uma revisão de literatura, revelaram que há necessidades de melhorias na educação como um todo, na criação de uma sociedade mais igualitária revendo políticas públicas existentes, assim como buscar o incentivo à permanência do aluno na escola, visto que a educação não melhora apenas a vida dos estudantes, mas de toda uma sociedade, trazendo uma reflexão sobre a escola consistir em uma das principais ferramentas de inclusão e redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Pobreza. Evasão Escolar. Educação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DA JUVENTUDE BRASILEIRA	10
2.1 EXTREMA POBREZA.....	12
2.2. EVASÃO ESCOLAR E POBREZA: IMPLICAÇÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR	15
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é caracterizado pelo desenvolvimento social e econômico desigual no seu território, resultando em uma construção histórica de desigualdades e reverberando em distintos potenciais de investimento em educação e outras políticas sociais, além de condições de oferta de ensino diferenciadas (ARAÚJO, 2013; SILVA, 2017; SILVA, 2019). Esse cenário é exemplificado pela colocação deste país em uma posição de destaque nesse quesito em relação a outros países, sendo considerado o sétimo mais desigual e o segundo na questão da concentração de renda aos mais ricos (PNUD, 2019).

Os conceitos de diferença e desigualdade são comumente tratados como sinônimos. É oportuno para a delimitação da temática deste trabalho diferenciá-los, pois, enquanto o primeiro compreende que a característica do ser humano é ser diferente dos outros, a desigualdade é precedida de um contexto em que a diferença, seja, por raça, cor, credo, classe social ou outras estratificações da sociedade, resulta em uma desvantagem na busca por igualdade de condições de acesso e permanência a um bem público, como é o caso da educação. (DUBET, 2014).

Pensar sobre a pobreza enquanto educador é indispensável, pois ela está presente em todos os setores da sociedade e quando ocorrem em periferias e suas grandes cidades, ficam mais visíveis por estarem presentes na mídia frequentemente. O sujeito pobre é rotulado como fracassado e na maioria das vezes é considerado culpado por sua condição socioeconômica.

A partir desta consideração, aborda-se o tema da pobreza e as implicações que ela traz em relação a evasão escolar, particularizando o caso dos jovens estudantes de ensino médio por ser a etapa em que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicada em 2019, há maior evasão escolar e menor taxa de matrícula líquida.

Considerando os aspectos que a pobreza apresenta, como a dificuldade de acesso a recursos fundamentais para atender as necessidades físicas, sociais básicas para o ser humano como alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e segurança, é nítido que existe uma produção social da pobreza e que deve ser

ponderada, que resultam em generalizações superficiais principalmente na realidade atual das escolas.

A pobreza e a desigualdade na sociedade são muito perceptíveis e preocupa as consequências que as injustiças sociais irão trazer a adolescentes e jovens que vem deste círculo de privação e miséria. Essa condição faz com que esses indivíduos não frequentem a escola adequadamente, pois sentem a necessidade de trabalhar, abandonando assim o direito de um futuro melhor e mais humano, continuando assim em um círculo vicioso de desigualdade e pobreza.

Considerando os pressupostos iniciais, este estudo tem como objetivo apontar e refletir sobre relações entre a pobreza e evasão escolar de adolescentes e jovens do Ensino Médio, particularizando os que vivem em situação de desigualdade social e suas implicações no âmbito escolar. Como objetivo específico, o trabalho propõe uma reflexão sobre a pobreza no Brasil e suas consequências na formação dos jovens, que tem como uma das causas a situação de carência e exclusão social, além de refletir sobre a possibilidade de a escola pode ser uma das principais ferramentas de inclusão e redução das desigualdades sociais.

A escolha desse tema partiu da experiência desta autora vivenciada em uma escola social, onde houve a convivência com a realidade de alunos que vivem em situação de pobreza e tive a percepção de que a educação escolar possui enorme responsabilidade no confronto das condições que produzem a pobreza, pois é através dela que pode ser promovida e estimulada ações de pessoas e grupos em favor da justiça e de valores que representem o bem comum, dessarte entende-se que é de extrema relevância para os profissionais que atuam na área da educação perceber que a pobreza persiste dentro das escolas e na sala de aula, essa realidade se evidencia, com tantos jovens que desistem no meio do período letivo, por serem obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família. Ao mesmo tempo em que a falta de instrução perpetua a pobreza, visto que sem instrução e qualificação as chances de arrumar um emprego são quase nulas, e sem a chance de um trabalho a exclusão econômica resulta em exclusão social e baixa autoestima, tudo isso gera um forte sentimento de desmotivação, a qual consolida ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Em termos de metodologia de pesquisa, este trabalho é compreendido como uma revisão de literatura, entendida como um processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica (CORDEIRO et Al, 2007). Nesse sentido, a “Literatura” é todo material relevante para um determinado tema, como periódicos, livros, registros, estudos de dissertações e teses, entre outros.

Portanto, foi realizada uma revisão crítica da literatura em torno da temática supracitada. Esse tipo de trabalho preliminar se caracteriza ao mesmo tempo como uma revisão passiva (síntese de estudos sobre um tema) e opinativa (evidencia a existência de um assunto). Para Mancini e Sampaio (2006, p. 1), estudos dessa natureza se pautam em ações nas quais “os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida”. Nesse sentido, não há necessidade de esgotar as fontes de informação nem a busca de estratégias sofisticadas como em um trabalho que busca situar o Estado da Arte, por exemplo, sendo adequada para estudos como trabalhos de conclusão de curso e fundamentação teórica para artigos. Buscou-se, através de trabalhos da política educacional e reflexões sobre a pobreza, entender relações entre o que se apresenta como condições de vida da população e o quanto isso pode interferir no processo de ensino e aprendizagem, particularmente dos estudantes que se encontram em situação de pobreza.

O caminho desta pesquisa foi cunhado nesta introdução, um capítulo com duas seções e as considerações finais. Primeiramente, o objetivo foi de trazer conceitos que definissem a pobreza e a particularidade da extrema pobreza. Posteriormente, utilizou-se de uma revisão de literatura que aliasse essa condição aos problemas que, a partir desta, refletem na trajetória escolar, particularizando a situação dos jovens brasileiros.

2. POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DA JUVENTUDE BRASILEIRA

No sentido etimológico, a palavra pobreza vem do Latim probe, proueza (s. XIII), em que o significado indica ser falta daquilo que é necessário à vida (CUNHA; DAMASCENO; CORTEZ, 2012). Quando se fala em pobreza, o costume é fome e falta de recursos financeiros. Entretanto, essas palavras, se isoladas, não definem pobreza. A definição do termo necessita de um contexto de uma sociedade, isto é, está relacionada a recursos materiais, desenvolvimento social e produtivo e às políticas públicas. A diminuição da pobreza está relacionada a modificações estruturais no sistema educacional e social que assegurem o acesso à educação de qualidade para todos e a possibilidade de transformação dessa condição.

Nesse sentido, a pobreza não se define de uma forma única e universal. No entanto, pode-se afirmar que se atribui a situações de carência em que o ser humano não consegue sustentar um padrão de vida minimamente condizente com as referências estabelecidas pela sociedade em cada contexto histórico. Para Abranches (1987, p. 16) “ser pobre significa em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar se não da mínima persistência física, material”.

Ao considerar a pobreza como categoria social e historicamente determinada, esta condição implica em manifestações de outras condicionantes humanas: cultural, política, econômica e subjetiva. E estas implicações se apresentam de modo geral, tanto em uma dada classe social, a que vive do trabalho ou a procura dele, ou excluída do mercado de trabalho, como teoricamente nas expressões de ser pobre. Segundo Telles (2001, p. 51), “no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são duas categorias antinômicas”. De acordo com a autora, entende-se, portanto, que o limite da pobreza não lhe dá condições de exercer de fato sua cidadania, situando o sujeito numa condição de negação de uma série de direitos.

O Brasil é marcado por uma sociedade que tem por característica dominante a desigualdade social, identificada pelos baixos indicadores sociais como: fome,

analfabetismo e mortalidade infantil e por fenômenos naturais como a seca, enchente, favelas, latifúndio entre outros.

A pobreza brasileira, persistente no decorrer das décadas, é o retrato de uma sociedade que confundiu e ainda confunde modernização com modernidade, uma sociedade na qual as noções de igualdade, liberdade e justiça – valores definidores dos “tempos modernos” – não tem função crítica e, na melhor das hipóteses, viram assunto de uma eterna desconversa (TELLES, 2001, p.32).

O principal desafio para o Brasil é a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade. Para tanto, é preciso pensar os parâmetros de uma sociedade mais justa, que torne as bases para um desenvolvimento sustentável em termos econômicos, culturais, sociais, éticos e políticos.

A vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade a encara. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes (HENRIQUES, 2000. p.2)

A conceituação de pobreza é extremamente complexa e é categorizada como “juízo de valor” quando se olha o indivíduo de forma abstrata em relação ao que deveria ser um grau aceitável de satisfação das necessidades ou do que deveria ser uma condição de privação suportável. As pessoas de modo geral transmitem sentimentos e normas do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade em relação à pobreza e o foco definitivo na conceituação da pobreza se avalia quando da fixação de padrões para um grau suficiente ou mínimo de necessidades, determinado como linha ou limite da pobreza, precisando a percentagem da população que se encontra abaixo dessa condição.

Para estabelecer os limites de pobreza é preciso utilizar-se de diferentes aspectos para um padrão de vida mínimo, sejam eles nutricionais, de moradia ou vestuário, e é regularmente avaliado de acordo com os preços relevantes, calculando a renda e os custos. Na linha da pobreza, o enfoque biológico é definido a partir das condições mínimas da dieta alimentar, indicando um valor aproximado para a renda a ser

gasta para a assistência destes requisitos: água potável, saneamento, escolas, serviços médicos e transporte público (ALMEIDA; XAVIER; ASSUNÇÃO, 2007).

Há também o aspecto psicológico, social e político da pobreza que é a consciência de não ter voz, poder algum e ser sujeito a exploração, pois essa condição torna o indivíduo mais vulnerável aos tratamentos desumanos e a humilhação pelos poderes públicos e privados, a quem, geralmente solicitam ajuda. Existe também a ruptura com as normas sociais e a incapacidade de preservar sua identidade cultural, suas tradições, rituais e festivais onde muitas vezes leva a uma interrupção das relações sociais. A pobreza gera problemas crônicos e sistêmicos que influenciam a liberdade de escolha e de ação na maioria dos lugares em que existe exclusão social: Corrupção, subsistência insegura, violência, e falta de poder (ALMEIDA; XAVIER; ASSUNÇÃO, 2009).

Resumindo a reflexão supracitada, a perspectiva de pobreza aqui apresentada dialoga-se com Eduardo Galeano quando afirma que “vivemos em um mundo que oferece a todos um banquete, mas impede que muitos dele participem; um mundo que nos torna desiguais; iguais quanto às ideias e costumes que impõe e desiguais quanto às oportunidades que oferece” (GALEANO, 2000, *apud* COSTA, 2008, p.89).

Na discussão sobre pobreza, há o extremismo, aqui denominado como extrema pobreza, que, segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2019, atingia 13,5 milhões de pessoas no Brasil. A seção seguinte se dedica a esse assunto.

2.1 EXTREMA POBREZA

Entende-se por extrema pobreza as condições de famílias que não possuem acesso aos mais básicos meios de subsistência: pessoas com renda abaixo da linha de pobreza cuja moradia não dispõe de água canalizada, não possui sanitário e nem luz elétrica, sobrevivem em estado de privação de elementos básicos para viver (Costa, 2008). Caracterizando essa visão, entende-se que

Primeiramente, extrema pobreza envolve a negação, não somente de um único direito ou determinada categoria de direitos, mas dos direitos humanos como um todo. A análise precedente mostra até que ponto a pobreza é uma violação, não somente de direitos econômicos, sociais e culturais, como é reconhecido desde a perspectiva econômica, mas também, em mesmo nível, de direitos civis e políticos e do direito ao desenvolvimento. Extrema pobreza é uma ilustração particularmente clara da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos (CASTILHO, 2008 p.153).

De acordo com Ferreira (2017), muitas pessoas acreditam que a condição de miséria a qual está submetida grande parte da população brasileira deve-se à preguiça, falta de interesse e comodismo, que os conduz à espera dos programas sociais, pois, conforme o autor, estas pessoas acham que, neste país, só não trabalha quem não quer. Ferreira diz que isto não corresponde à realidade; na verdade, o trabalhador desempregado muitas vezes passa fome, pois sem emprego não gera renda capaz de garantir a sobrevivência e, para que, em muitos casos, não acabe jogado a mendicância, passa a depender de programas sociais governamentais.

Famílias na condição supracitada são devastadas pela fome crônica, não tem acesso a tratamento de saúde, não possuem meios de custear a educação de suas crianças e na maioria das vezes não possuem condições mínimas de itens básicos como vestimenta e sapatos. Seguindo esta perspectiva, a pobreza e a dignidade humana são incompatíveis. Nesse sentido a pobreza e, especialmente a extrema pobreza, pode ser compreendida como a negação de todos os direitos humanos, já que a dignidade humana é o principal fundamento de todos esses direitos. Crespo e Gurovitz (2002) comentam e citam a obra de Deepa Narayan, autora que expandiu alguns conceitos de Amartia Sen sobre a pobreza. Na obra de Narayan, citada por Crespo e Gurovitz (2002), ela traz a voz dos pobres definido a pobreza de forma contundente e tocante:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2000, *apud* CRESPO, GUROVITZ, 2002, p. 12).

Jean Ziegler, professor de sociologia das Universidades de Genebra e Sorbonne além de relator da ONU, alerta para a existência de um genocídio silencioso no mundo. Paniago (2014) cita as palavras do professor:

O capitalismo em crise fez mais vítimas, em 2010, do que a Segunda Guerra Mundial, se somados todos os "males do desenvolvimento", tais como: "fome, epidemia, guerras induzidas pelas multinacionais". Os dados divulgados por ele mostram que "houve um total de mais de 58 milhões de vítimas, segundo critérios da ONU. Dois milhões a mais que o total de vítimas da Segunda Guerra Mundial, que durou 6 anos (ZIEGLER, 2011, p. 1, Apud PANIAGO. 2014).

Na análise de Paniago (2014) a respeito do relatório publicado pelo professor Ziegler, há 900 milhões de pessoas subalimentadas no mundo, ou seja, quase um sexto da humanidade não tem o que comer. Contribui significativamente para esta situação a "ditadura do capital financeiro", uma vez que cria um mundo de total desigualdade, de riquezas imensas nas mãos de algumas oligarquias que são detentoras desse capital financeiro mundial, que gera riquezas muito grandes para alguns e miséria imensa e progressiva para a maioria.

No caso brasileiro, os dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2019 revelam que o Brasil ocupa a sétima posição entre os países mais desiguais do mundo, resultando em uma série de exclusões, desde a questão econômica, política e social, além de ser o segundo colocado no que tange à concentração de renda, com 1% da população concentrando 28,3% da renda total do país. Segundo os dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE em 2018, foi identificado que no país mais de 13 milhões de brasileiros ainda vivem com menos de R\$ 8 por dia, passam fome ou convivem com a miséria; e possui municípios com o índice de desenvolvimento piores do que alguns países da África.

Nesse panorama, questões que dignificam a pessoa humana como acesso a bens básicos como saneamento básico, energia, educação, saúde e moradia são comumente negados. Frequentemente são famílias com crianças em idade escolar e que, uma parcela destas são retiradas do sistema educacional, apesar da obrigatoriedade, para uma atividade mal remunerada, mas que vão auxiliar na busca de alimento para seus familiares. A desigualdade social brasileira é fruto de um desenvolvimento econômico e produtivo desigual das localidades brasileiras e também

reflete nas condições de qualidade da oferta educacional nas escolas brasileiras, como em questões relacionadas ao trabalho do professor (remuneração, vínculos de trabalho, escolaridade, carga de trabalho, número de alunos por turma, etc.), às condições materiais da escola (infraestrutura, equipamentos, tecnologia, bibliotecas, etc.) e gestões de escola que se aproximem de um ideal democrático (SILVA, 2017).

A partir deste breve panorama, a seção seguinte visa discutir a relação entre a evasão escolar e a pobreza e suas implicações na trajetória escolar.

2.2. EVASÃO ESCOLAR E POBREZA: IMPLICAÇÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR

A relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. Segundo Brito, Arruda e Contreras (2015, p. 18671), “as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares e vice-versa”. O argumento dos autores é de que a pobreza interfere na aprendizagem, porém, não é o único agente responsável pois os problemas são bem mais relevantes e atuam direto e indiretamente na educação. A educação se dá em diversos espaços e a escola é o lugar onde o sujeito pobre tem mais acesso, e na maioria das vezes é a única forma de educação. O fato é que a escola deve encarar a pobreza como uma realidade que faz parte da maioria da população, e que o sistema educacional não deve medir esforços no sentido de tornar a aprendizagem possível e satisfatória as reais necessidades dos alunos.

A educação “não é uma panaceia para a pobreza” (CONNELL, 1995, p. 12). Porém, segundo Brito, Arruda e Contreras (2015) podem favorecer a formação de pessoas mais críticas, conscientes e aptos a enxergar reais possibilidades de transformação de suas realidades. Os autores enfatizam que no início do século XX o sistema educacional era de segregação, ou seja, divididos entre ricos e pobres. Após muitas lutas de movimentos sociais, as distancias se encurtaram e a educação formal se tornou mais acessível, com garantias legais, mas esse direito de acesso e igualdade ainda não alcançou todas as classes. Estudantes pobres, proletários, de minorias étnicas permanecem tendo um desempenho bem abaixo da média, com uma frequência maior de reprovações e um alto índice de evasão escolar com chances muito baixas ou quase

nulas de chegar à faculdade. Ao longo dos anos a educação alcançou alguns números positivos, o índice de analfabetismo, evasão e reprovação diminuíram, porém políticas foram empregadas por consequência do desenvolvimento educacional, que acentuam essa separação excludente onde escolas oferecem uma educação para os pobres, assim permitindo que a elite tenha acesso a uma educação de excelência.

É “inclusão excludente” que para Brito, Arruda e Contreras (2015) garante o acesso à escola, mas não assegura a qualidade na educação. Uma segregação definida a partir das privações causadas pela falta de condições do aluno e estrutura da instituição escolar. A realidade em que o indivíduo vive interfere na capacidade de aprender, pois as condições sociais influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno, ele pode aprender o mesmo conteúdo, mas não vai se desenvolver da mesma forma, e é nesse sentido que a educação vem deixando a desejar, pois vem perpetuando a “escola para pobre” e a “escola para a elite”

A escola está em constante mudança e a bandeira pela educação de todos sempre é levantada, subsistindo a ideologia da igualdade de oportunidades através da escolarização. Mas o que deve ser feito com os que se encontram fora da escola, os denominados evadidos? Para Meszáros, há uma lógica de estratificação na sociedade no que tange à distribuição de bens educacionais:

Na concepção de educação há muito dominante, os governantes e governados, assim como os educacionalmente privilegiados{...} e aqueles que têm de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estanques. De um lado estão os privilegiados, do outro, encontra-se o resto da humanidade, a sobra condenada à condição de mão de obra facilmente explorável, preferencialmente iletrada (MESZAROS 2012, p. 69. Apud, SILVA; SANTOS; NOGUEIRA. 2017).

No Brasil, no que se refere a educação, é responsabilidade do Estado e da família a entrada e permanência do aluno na instituição educacional, amparada pela lei e diretrizes e bases da educação nacional (LDB) n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Art. 2º. A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, s/p)

Para Iosif (2007, p.19),

a educação escolar desponta no cenário nacional como uma educação tecnocrática e elitista, tendo como objetivo formar dois grupos de cidadãos, um para comandar e outro, a grande maioria, para ser comandada. Essa finalidade educacional encontra-se enraizada na nossa sociedade e tem feito com que ainda hoje parte da população receba uma educação pobre, que não tem por objetivo a emancipação e o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros, independente de cor, raça, sexo ou status socioeconômico.

Mesmo com a responsabilidade do Estado brasileiro com a oferta educacional, Iosif (2007) analisa que o tratamento dado à educação dos pobres no Brasil deixou um legado que pode ser verificado até hoje nos baixos índices de aprendizagem do país, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, regiões mais pobres, e nas periferias dos grandes centros urbanos. Pode ser verificado também nas desigualdades educacionais e sociais entre ricos e pobres; brancos negros e índios. As estatísticas nacionais e internacionais apontam que os segundos grupos se encontram em ampla desvantagem educacional e socioeconômica em relação aos primeiros, principalmente quando se fala de pobres e não brancos.

Segundo Iosif (2007) o descaso em relação ao cuidado e preocupação com a educação dos brasileiros, principalmente daqueles historicamente marginalizados, colaborou para que as desigualdades sociais avançassem no país, e para a continuidade da pobreza daqueles que têm sido mantidos à margem dos direitos sociais, principalmente do direito a uma educação de qualidade. O resultado desse fato histórico é “o índice de analfabetismo crônico de grande parte da população brasileira desde os primórdios da história do país” (IOSIF, 2007, p.19).

Apesar de a legislação educacional avançar em matéria de direitos educacionais e garantias educacionais, existem questões que se articulam com as reais condições da população, num país marcado pela imensa desigualdade social, mostrada amplamente nos indicadores sociais, e que neste sentido requer melhores políticas públicas que incluam e garantam um fortalecimento nas políticas de acesso, gestão e permanência com qualidade social na educação básica. Segundo estudo do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) em 2015, a Constituição Federal de 1988, assim como a Declaração Universal dos direitos humanos e uma variedade de outros compromissos e aspectos da

legislação nacional e internacional, apresenta a educação como um componente essencial dos direitos humanos mais necessários, a despeito de que todos os direitos humanos são fundamentais e igualmente importantes, o direito do sujeito a educação realiza sem dúvidas um papel primordial, já que permite que cada ser humano conheça, alcance e usufrua de seus direitos. Para o instituto, a garantia do direito a educação na maioria das vezes é considerada um requisito necessário para garantir e proteger todos os outros direitos.

Para garantir o direito a educação o estado precisa participar no processo educacional por intermédio da elaboração de projetos e políticas públicas, assim contribuindo no processo ensino aprendizagem nas escolas estaduais e municipais, com o propósito de transmitir valores éticos e morais preparando adolescentes e jovens para participarem efetivamente nos âmbitos políticos e sociais (OLIVEIRA, 1999).

Especificamente no caso dos adolescentes e jovens brasileiros, vários fatores para evasão escolar impedem estes frequentem a escola. Esses fatores, na maioria das vezes, são socioculturais e econômicos e muitas vezes podem estar ligadas à oferta educacional, e por trás existem questões políticas, financeiras e técnicas. Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2017, as dificuldades socioculturais são relacionadas a questões raciais, preconceito, violência, bullying, homofobia e transfobia, violência e gravidez na adolescência entre outros motivos. Já em relação aos fatores econômicos dizem respeito a pobreza, que resulta o trabalho infantil, abuso e exploração sexual e outras privações de direitos. Além desses fatores, acrescentam a lista questões relacionadas à oferta educacional, são apresentados aos alunos conteúdos que diferem e são distantes da realidade em que vivem, números abaixo do necessário de escolas, difícil acesso para alunos com deficiência, falta de transporte escolar ou condições precárias deles. Os impasses políticos, financeiros e técnicos lidam com a escassez de recursos atribuídos a educação pública.

A pobreza material/econômica é a consequência da pobreza política e humana. Segundo Ferreira (2018, p.31) a pobreza material/econômica é uma das mais cruciais causas da evasão escolar, pois “o aluno que convive com a pobreza material em seu cotidiano não vê na escola uma solução imediata para saciar a sua fome física, o seu

prato vazio. Não vê outro caminho a não ser evadir para conseguir alguns trocados em trabalhos não qualificados para saciar sua fome e de sua família”.

Para Fernandes (2015), não se deve atribuir a evasão escolar apenas a fome, mas não se pode ignorar que é um problema social que interfere diretamente na relação aluno/escola. Segundo o estudo, entender o perfil do jovem que evade da escola e entender os momentos prováveis que isso pode acontecer se torna uma ação importante a ser realizada pelos gestores dos sistemas educacionais. “{...} jovens de baixa renda, em sua maioria negros, que trocam (especialmente no caso dos homens) com frequência os estudos por um trabalho precário ou que (no caso das mulheres) ficam grávidas na adolescência” (FERNANDES. 2015, s/p). Fernandes ainda destaca que a evasão “não é um ato repentino, mas fruto de um processo lento de desengajamento do estudante da escola”. É necessário estar em alerta para agir preventivamente para que a evasão não aconteça e o jovem possa concluir o Ensino Médio.

De acordo com Ferreira (2018) a condição socioeconômica do jovem aluno, não pode ser considerada a única razão para a evasão da escola. O aluno precisa ser motivado a permanecer na instituição escolar. É necessário que o ensino motive e desperte o interesse do indivíduo, suscitando o interesse e o prazer em frequentar a sala de aula, tornando assim o estudo mais significativo, em conformidade com o que é preceituado na nova Base Comum Curricular “uma vez que o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do aluno, o desenvolvimento do país e a consolidação da cidadania é tarefa de todos.” (FERREIRA 2018, p.38). O desafio é imenso e as escolas têm a difícil tarefa de minimizar os problemas e reduzir os importantes índices de evasão. É urgente e necessária uma escola mais atraente, com um ensino motivador que insira o estudo a vida e cotidiano do aluno, que o valorize e estimule, em um ambiente propício a socialização que seja significativa para os jovens estudantes e que seja feita uma preparação para o mundo do trabalho.

De acordo com Oliveira (1999), a evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil e é causada por vários fatores como: Interesse dos pais para como os filhos, falta de transporte, professores pouco qualificados e alunos que deixam de estudar para ajudar os pais na renda familiar, abandonado a escola a procura de emprego e assim não retornando à sala de aula.

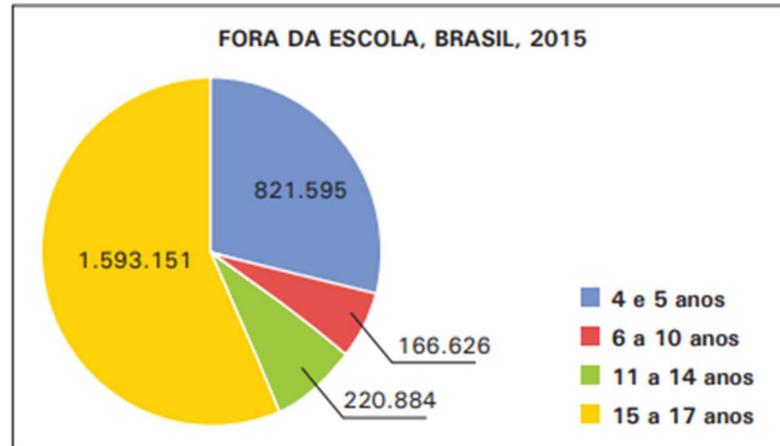
Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, 2.802.258 crianças e adolescentes de 04 a 17 anos estão fora da escola. A exclusão escolar atinge principalmente meninos e meninas oriundos das camadas mais vulneráveis da população que já são privados de outros direitos constitucionais. Destes alunos que estão fora da escola 53% vivem em domicílios com renda abaixo de um salário mínimo

Em documento emitido pelo Unicef para o caso brasileiro um apontamento é fundamental. Para a organização,

o primeiro passo para combater a exclusão escolar é tirar 2,8 milhões de meninos e meninas da invisibilidade. É preciso entender quem são eles e os motivos que os afastam das salas de aula. A exclusão é maior entre as crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar matriculadas na educação infantil, e os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam frequentar o ensino médio." (UNICEF, 2017, p.04).

No caso dos jovens brasileiros, essa evasão fica mais clara, seja em volume de casos ou nas taxas de matrícula nas etapas da educação básica. De acordo com o observatório do Plano Nacional de Educação, a taxa de matrícula líquida, ou seja, as pessoas matriculadas na etapa da educação básica na idade regular, são muito diferentes ao comparar etapas. Apenas considerando o ensino fundamental e médio, por exemplo, no ano de 2018 o percentual de crianças e jovens de 6 – 14 anos matriculados na primeira etapa supracitada era de 98,2%, enquanto na faixa etária de 15-17 anos essa medida estava em 62,7%. Sobre o volume estimado de sujeitos fora da escola, o gráfico extraído do relatório da Pnad em 2015 auxilia nesse entendimento.

Gráfico 1 - Estimativa de crianças e jovens fora da escola em 2015 - PNAD



Fonte: (Pnad 2015).

De acordo com o PNAD (2015), dos 2,8 milhões de meninos e meninas que estão afastados da escola, 1,59 milhão (57%) estão na faixa etária de 15 a 17 anos e inúmeros deles não concluíram o ensino fundamental. Há uma relação regional, na medida em que, segundo o próprio relatório, proporcionalmente é na região Nordeste o maior índice de evasão (16,9%), seguido do Centro-Oeste (15,6%), Sul (15,4%), Norte (15,2%) e Sudeste (13,1%). Apesar das diferenças, em todas as regiões a evasão de jovens na faixa etária supracitada é significativa.

Em termos históricos, a partir de 2008 a medição do PNAD apontou aproximadamente 1,6 milhões de estudantes de 15 a 17 anos fora da sala de aula. Em 2017 o Brasil apresentou uma taxa de 19% de distorção idade-série no ensino fundamental. Já no ensino médio esse índice de distorção chega a 27%, isto é, quase três em cada dez alunos dessa etapa de ensino estavam com dois ou mais anos de atraso escolar. Estes adolescentes e jovens estão em transição para a idade adulta e por esse motivo precisam de uma atenção qualificada, pois esses indivíduos, menos preparados e sem a educação que tem direito acabam ingressando no mercado de trabalho na maioria das vezes em condições precárias e muitas vezes desumanas. (UNICEF, 2017).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional corresponde a um dos mais relevantes recursos de promoção do desenvolvimento com igualdade no Brasil e a temática sobre evasão escolar há tempos vem sendo debatida e estudada ao longo dos anos por educadores brasileiros. Portanto esse trabalho teve o intuito de identificar e estabelecer uma relação entre os efeitos da desigualdade social e a evasão escolar, principalmente nos casos dos jovens estudantes do Ensino Médio, e também trazer uma reflexão sobre a pobreza no Brasil.

Perante os índices e gráficos apresentados e nas literaturas aqui presentes é possível observar que não há apenas uma causa para a evasão escolar, porém dentre elas a mais impactante seria a relacionada com a condição socioeconômica. O desinteresse dos mais abastados em relação ao cuidado e a falta de responsabilidade com a educação dos jovens brasileiros, principalmente dos que são historicamente marginalizados, sempre colaborou para o aumento das desigualdades sociais e para a continuação da pobreza dos indivíduos que já vivem à margem dos direitos sociais, assim colaborando com o aumento da evasão escolar.

Mesmo a Legislação educacional tendo avanços em relação a direitos e garantias educacionais o Brasil ainda é marcado por uma imensa desigualdade social, é preciso que seja investido com urgência em políticas públicas que incluam e garantam o acesso e a permanência desses jovens que estão fora da escola, pois o direito a educação realiza um papel primordial em suas vidas. É necessário trabalhar a realidade do aluno assim facilitando a construção do indivíduo e sua identidade, resgatando a cultura e a autoestima desses estudantes. Como a evasão escolar é relacionada principalmente às questões de carência financeira e a presença contínua do jovem na escola é de suma importância, é preciso garantir programas do governo que supram as necessidades básicas que ampliem melhorias na alimentação, transporte e reforço escolar.

Como citado nesse estudo a evasão é um problema crônico em todo Brasil e, no caso dos jovens brasileiros, essa evasão fica ainda mais clara, seja em quantidade de casos ou nas taxas de matrícula nas etapas da educação básica, essas taxas confirmam que as políticas públicas criadas para combater o abandono escolar não têm obtido resultado satisfatório. Analisar e resolver as causas do abandono da escola não é tarefa apenas de educadores e gestores escolares, mas também dos órgãos do governo e de toda a sociedade, diante disso é necessário criar projetos que permitam minimizar o máximo possível os fatores internos e externos presentes nessa problemática, tornando o espaço escolar mais atraente e significativo para esses jovens e despertando neles um raciocínio crítico e uma escola vinculada à realidade dos mesmos, assim estimulando uma educação de qualidade e equidade para todos. Para isso acontecer, é preciso rever algumas políticas e práticas pedagógicas, pois muitos casos de abandono da sala de aula vêm da dificuldade dos alunos em acompanhar os conteúdos afetando o crescimento do mesmo, seguido de reprovação e do abandono da sala de aula.

Em várias ocasiões, a sociedade, escola e família culpam o jovem por não querer estudar. Porém, é preciso ver como um todo, na maioria das vezes a escola não consegue acompanhar a realidade do aluno e suas reais necessidades, a família precisa de ajuda no sustento e o jovem precisa trabalhar e ao se deparar com uma jornada cansativa não consegue participar das aulas e acaba abandonando o que ele menos acha necessário, que é a escola. Para Arroyo (2003) enquanto alunos continuarem sendo avaliados como incapazes e professores como mestres que devem fazer milagres, a escola pobre e marginal continuará à margem do processo de desenvolvimento sendo a escola da classe subalterna, enquanto a escola para os pobres for pobre, será uma utopia a construção de uma escola possível, não há milagre que faça triunfar um modelo de educação carente para os carentes.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Os Despossuídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. XAVIER, Sandra Magda Araújo de Almeida. ASSUNÇÃO, Genyeli Ribeiro de. O debate temático sobre os programas sociais de enfrentamento à desigualdade social: uma análise sobre o estado da arte sobre Pobreza na Paraíba/Brasil. **IN: Anais da III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICA**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/29ffef792606a307adc3Bernadete_Sandra_Geniely%20Ribeiro%20Assun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ARAUJO, Raimundo Luiz Silva. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica**. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ARROYO, Miguel. **Da Escola Carente à Escola Possível**. 6 ed. Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRITO Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. Escola, Pobreza e aprendizagem: reflexões sobre educabilidade. **IN: Anais do XII Congresso Nacional de Educação – Educere**. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica, p. 18670-18683, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CASTILHO, Leonardo. Extrema pobreza: **Entre os direitos humanos e o desenvolvimento, um limiar mínimo para a dignidade humana**. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos - 2008.

CONNELL, R. Pobreza e educação. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11- 42.

CORDEIRO, Alexander Magno. OLIVEIRA, Gloria Maria. RENTERIA, Juan Miguel. GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.** V. 34, n. 6, nov. / dez. 2007, p. 428 – 431.

COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **Sur.Rev. int. direitos humanos.** V. 5, n. 9, São Paulo, dez.2008. Disponível:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000200006&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 28 maio 2020.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2020.

CUNHA, Luciano de Oliveira, DAMASCENO, Bianca dos Santos, CORTEZ, Reinaldo Baltazar Campos- UFPI. Educação de jovens e adultos: painel histórico e condições atuais.IN: **Anais do IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia**, Parnaíba, p. 1-12, 2012.

DUBET, François. **Injustiças: a experiência das desigualdades no trabalho.** Florianópolis: EDUFSC, 2014.

FERREIRA, Christina Balbino de Oliveira. **A evasão escolar do aluno trabalhador do/no ensino básico: evasão ou exclusão?** 57 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia) –Centro de Ciências Humanas da Educação. Departamento de Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, Reinaldo. Quem são os jovens fora da escola? **Aprendizagem em foco**, n. 5, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Cenário de exclusão escolar no Brasil.** Organização das Nações Unidas, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Upside Down: A Primer for the looking-Glass World.** Nova York: Metropolitan Books, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: 2015 Disponível em:

<file:///C:/Users/Sandra/Downloads/pnadc_201504_trimestre_caderno.pdf

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **PNAD continua 2018**: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. Agência IBGE, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24852-indicadores-de-educacao-avancam-mas-desigualdades-regionais-e-raciais-persistem>> . Acesso em: 28 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. 2019. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: informativo. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA - INSPER. **Políticas públicas pra redução do abandono e evasão escolar de jovens**. 2017. Disponível em:<<http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Publicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Censo escolar, **INEP divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Junho 2017. Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206> Acesso em: 28 maio 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Nenhum estado atinge a nota do Ideb 2017 no Ensino Médio**. Ideb- Assessoria de Comunicação Social - Set. 2018. Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio/21206> Acesso em 28 de maio de 2020

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil**. 310 f. Tese (Doutorado em Política

Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

MANCINI, Marisa Cotta. SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura? Estudos de revisão. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361-472, out./dez. 2006.

záros

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A educação para além da capital**. UNOPAR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/54651/33173>>. Acesso em: 26mar. 2020.

NARAYAN, Deepa. **Voices of the poor – can anyone hear us?** Washington, DC: The World, Oxford University press, 2000.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Análise dos indicadores do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, set./out. nov. dez., p. 59-73, 1999. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento Humano (2019)**: Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Plaza, New York, United States of America, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_pt.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SILVA, Luiz da. UFRN, SANTOS, Patrícia Oliveira S. UFCG, NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingarelli. O programa Bolsa Família zerou a evasão escolar no sertão: uma reflexão a partir de catingueira– PB. IN: **Anais do IV Congresso Nacional de Educação**, João Pessoa, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA17_ID6261_25092017161506.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Condições de qualidade das redes municipais de Ensino Fundamental no Brasil**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Remuneração de professores públicos municipais no Brasil**: execução orçamentária, partidos públicos e valorização docente (2008 – 2016). 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo; USP, 2001.

ZIEGLER, J. **Genocídio silencioso**: um sexto da humanidade não tem o que comer, Diário Liberdade. 2011. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/mundo/laboral-economia/19878-genocidio-silencioso-um-sexto-da-humanidade-nao-tem-o-que-comer.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2020.